



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

ITEM 1 – ABERTURA

Aos doze, treze e quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, no Plenário “O Milton Visconde”, do Conselho Nacional de Saúde, localizado no Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Centésima Qüinquagésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Ministro Interino da Saúde, **Antônio Alves de Souza**, abriu os trabalhos da reunião, representando o Ministro de Estado da Saúde, **Humberto Sérgio Costa Lima**, que estava acompanhando o Presidente da República em viagem ao exterior. Apresentou breve informe sobre os resultados das medidas tomadas pelo Ministério da Saúde para resolver a situação da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro. Também fez a leitura de nota do Ministério da Saúde à imprensa, esclarecendo que as políticas nacionais de terapia intensiva e de tratamento ao paciente crítico visavam humanizar o atendimento e ampliar o acesso, a qualidade e o uso racional dos serviços de saúde oferecidos a pacientes em estado crítico de saúde. Ressaltou que, de forma alguma, a norma técnica para regular a utilização dos leitos de UTI restringiria o acesso de pacientes críticos ao tratamento em Unidades de Terapia Intensiva. Acrescentou que o Ministério da Saúde não determinaria quais pacientes ou quando eles deveriam ser internados em uma UTI, sendo que a decisão continuava e continuaria cabendo aos profissionais médicos e aos serviços de saúde. Além disso, informou que a Resolução da ANVISA sobre fracionamento de Medicamentos fora colocada em consulta pública, a fim de receber contribuições e no dia quatorze de abril de 2005 seria realizada audiência para discuti-la. O Secretário de Atenção à Saúde/MS, **Jorge José Pereira Solla**, falou sobre a Política de Terapia Intensiva no SUS, destacando que o Ministério da Saúde, após verificar o quadro das instituições de terapia intensiva, adotou uma série de medidas que visam prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional de Estados, Municípios e do Distrito Federal; formular e propor critérios e normas relativas à regulamentação das ações de atenção à saúde na área da terapia intensiva; e elaborar e propor normas para disciplinar as relações entre as instâncias gestoras do SUS e os serviços contratados de assistência à saúde. Acrescentou, ainda, que jamais houve aumento e ampliação do número de leitos de UTI como houvera no último período. Também explicou que as ações do Ministério da Saúde para solucionar o estado de calamidade da saúde no Estado do Rio de Janeiro (desabilitação do Município e requisição de seis hospitais) já apresentaram resultados positivos, quais sejam: recuperação da rede instalada e incremento para sua ampliação; abastecimento dos hospitais sob intervenção; recomposição do quadro de Recursos Humanos; normalização do pagamento dos prestadores de serviços; entre outros. Após debate, o Plenário decidiu solicitar ao Ministério da Saúde a disponibilização de relatórios quinzenais com a síntese das audiências realizadas nas unidades de saúde, a fim de que o Conselho acompanhe as ações para reverter o quadro crítico da saúde no Estado.

APROVAÇÃO DE ATAS

Não havendo destaques, as atas da 150ª, 151ª e 152ª Reuniões Ordinárias foram aprovadas por unanimidade.

ITEM 2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Conselheira **Solange Gonçalves Belchior** apresentou relato sobre a audiência pública, realizada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que discutiu a situação do SUS no Rio de Janeiro. Dentre as principais propostas do encontro, destacou: **a)** constituição de Comissão do Controle Social para visitar (de 4 a 7 de abril de 2005) os hospitais sob intervenção; **b)** reativação das Policlínicas com 3º turno de atendimento; **c)** implantação do Plano de Regionalização do Rio de Janeiro; **d)** realização de auditoria nos recursos do SUS; e **e)** realização de eleições diretas para direção dos

hospitais. Após considerações dos Conselheiros, foi acordado que a Comissão encaminharia o relatório de suas visitas aos hospitais sob intervenção ao Ministério da Saúde para apreciação.

ITEM 3 – COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO DO CNS – COORDENAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Foram definidos os seguintes encaminhamentos em relação aos GTs e Comissões do CNS:

1) GT de capacitação de Conselheiros: a indicação do coordenador será feita na próxima reunião do Grupo; 2) GT de Atenção Básica: reafirmada a indicação do Conselheiro **Francisco das Chagas Monteiro** para compor o Grupo; e a indicação do coordenador será feita na próxima reunião do GT; 3) GT das Águas: aprovada a indicação da Conselheira **Noemy Yamagishi Tomita** para compor o GT, que terá o prazo de seis meses para concluir os trabalhos; e aprovada a indicação da Conselheira **Nildes de Oliveira Andrade** para coordenar o Grupo; 4) GT de Monitoramento, Avaliação e Controle das Ações e dos Recursos Financeiros Transferidos a Estados, Municípios e Instituições no âmbito do SUS (normatização): deverá ser indicado um representante do segmento dos usuários e um dos trabalhadores da saúde para compor o GT; e 5) Comissão de Coordenação Geral (CCG): aprovada a indicação da Conselheira **Silvia Marques Dantas** para compor o GT, substituindo a Conselheira **Gyséle Saddi Tannous**. O debate sobre a regulamentação dos GTs e Comissões do CNS será retomado na discussão do Regimento Interno do Conselho.

ITEM 4 – DIRETRIZES PARA CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS

Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** submeteu à apreciação do Plenário o documento "Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social do SUS", atualizado pelo GT do CNS de Capacitação de Conselheiros. Após discussão, o Plenário decidiu que as contribuições ao documento deveriam ser encaminhadas por escrito à Secretaria-Executiva do CNS, a fim de serem incluídas no texto.

ITEM 5 – ANEPS – Articulação Nacional de Ensino e Práticas em Saúde

Item não apresentado.

ITEM 6 – REGIMENTO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

Os Conselheiros **Clóvis A. Boufleur** e **Ary Paliano** submeteram à apreciação dos Conselheiros a proposta de Regimento da 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Após discussão, o Plenário entendeu que era preciso aprofundar o debate acerca da concepção da Conferência, que deveria estar voltada para os princípios do SUS. Nessa linha, deliberou por constituir um GT, composto pelos Conselheiros **Francisco Batista Júnior; Neimy Batista; Carlos Alberto Duarte; Maria Helena Baumgarten;** e **Augusto Alves do Amorim** e pelos representantes indígenas **Hilário da Silva; Valdenir Andrade; Maria do Carmo Silva; Irenildo Cassiano Gomes; Maria Elenir Caroaia;** e **Kiné**, que terá a finalidade de aprofundar o debate sobre a concepção da Conferência e apresentar nova proposta de Regimento Interno ao Plenário. _

ITEM 7 – ABERTURA DE NOVOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE

Conselheira **Maria Natividade G. S. T. Santana** informou que a oficina, realizada nos dias 1º e 2 de março de 2005, definiu os critérios para a abertura de novos cursos na área da saúde. Explicou que, na próxima reunião do CNS, seriam apresentados ao Plenário os critérios e o parecer da CIRH sobre os mesmos. O Coordenador do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, **Ricardo Burg Ceccin**, apresentou breve informe sobre o estudo, realizado pelo Ministério da Saúde, da necessidade de profissionais de saúde e de especialistas na área da saúde. Explicou que o resultado desse estudo permitiria definir diretrizes para a abertura de novos cursos na área da saúde, considerando as seguintes ressalvas: diretrizes provisórias, que não seriam válidas para todos os cursos da área da saúde e não deveriam ser taxativas (deve ou não ser aberto o curso). Feito o informe, foi acordado que essa matéria será pautada na próxima reunião do CNS, a fim de ser discutida e apreciada pelo Plenário.

ITEM 8 – ANVISA – FRACIONAMENTO DE MEDICAMENTOS

O Diretor-Presidente da ANVISA, **Cláudio Maierovitch Pessanha**, apresentou informe sobre o processo de discussão da proposta de fracionamento de medicamentos que visa desonerar os custos, racionalizar e dar maior segurança à utilização dos medicamentos. Explicou que o Decreto Presidencial, que dispõe sobre o fracionamento, fora colocado sob consulta pública e recebeu contribuições de vários setores. Disse que, antes de implementar o disposto no Decreto, era necessário aprofundar o debate sobre as seguintes polêmicas: definir mecanismos que impeçam a fraude e a falsificação dos medicamentos fracionados; disponibilizar informações necessárias aos consumidores; garantir o aperfeiçoamento do processo de assistência farmacêutica; e adaptar e credenciar as farmácias para a venda desses medicamentos.

ITEM 9 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA

O assessor especial do Gabinete do Ministro da Saúde, **Norberto Rech**, reapresentou a proposta de pactuação da assistência farmacêutica no âmbito da Atenção Básica, destacando os consensos definidos na Comissão Intergestores Tripartite e a proposta de elenco mínimo na assistência farmacêutica da Atenção Básica (elenco de medicamentos sob gestão federal e sob gestão pactuada – CIB). Após debate do mérito, a proposta foi aprovada por consenso.

ITEM 10 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conselheiro **Moisés Goldbaum**, Coordenador da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CICT/CNS), submeteu à apreciação do Plenário o relatório das atividades da Comissão e a proposta de Plano de Trabalho para 2005. Após contribuições, o Plenário aprovou a proposta de Plano de Trabalho da Comissão.

ITEM 11- APRECIÇÃO DO PARECER SOBRE O PL Nº 131 – Criação do Serviço Nacional de Saúde

Conselheiro **Olympio Távora Corrêa** submeteu à apreciação do Plenário o Projeto de Lei nº 131, de 7 de agosto de 2001, que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem em Serviços de Saúde (SENASS). Após debate, o Plenário considerou que seria necessário ouvir parecer técnico distinto a respeito da matéria para manifestar-se sobre o Projeto. Nesse sentido, deliberou por constituir um GT, composto pelos Conselheiros **Olympio Távora Corrêa**, **Crescêncio Antunes da S. Neto**, **Rozângela Fernandes Camapum** para definir a dinâmica do debate.

ITEM 12 – INFORMES E INDICAÇÕES

Indicações: **1)** I Macrorregional Norte de 2005 para avaliação das ações de eliminação da hanseníase – Data: 14 e 15 de abril – Local: Brasília-DF. O Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** foi indicado para participar do evento. **2)** Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna. A Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU/CNS) acompanhará os debates da Comissão, mas não participará representando o CNS. **3)** Relatórios sobre a situação do Município de Amargosa/BA. Os Conselheiros **Francisco Batista Júnior** e **Gyséle Saddi Tannous** foram indicados para analisar o relatório e emitir parecer. **4)** Seminário de integração com o SUS. Etapa da Região Sul. Data: 25 e 26 de abril de 2005. Local: Curitiba. A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Lígia Bahia**, integrante da Comissão de Saúde Suplementar do CNS, foi indicada para participar do evento e proferir palestra. **5)** Congresso do CONASEMS. Data: 12 de maio de 2005. Local: Mato Grosso. O Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** foi indicado a proferir palestra no evento. **Informes:** **1)** Conselheiro **Carlos Alberto Duarte** apresentou informe sobre a audiência com a Senadora **Lúcia Vânia** que tratou do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 25, que define o Ato Médico, realizada no dia 29 de março de 2005. Por conta das posições contrárias apresentadas na reunião em relação à matéria, o Plenário deliberou por solicitar a degravação da audiência e elaborar resolução do CNS, definindo como se dará a representação do CNS em outros fóruns e eventos. **3)** Conselheira **Gilca Ribeiro S. Diniz** apresentou informe sobre o Simpósio acerca da Política Nacional de Saúde, que terá como tema: "SUS – o presente e o futuro: avaliação do seu processo de construção". Enfatizou a importância da participação do CNS no evento e sugeriu que os segmentos do CNS enviassem documentos manifestando a sua posição acerca do temário.

ITEM 13 – COFIN/CNS

Os Deputados **Roberto Gouveia** e **José Pimentel**, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, participaram da reunião do CNS para prestar esclarecimentos sobre a tramitação do Projeto. O Deputado **José Pimentel** explicou que o Projeto encontrava-se na Comissão de Constituição e Justiça para ser adequado aos termos da Constituição Federal e havia dificuldades em relação ao mérito do artigo 40. Sugeriu que um grupo de Conselheiros visitasse o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, **Antônio Carlos Biscaia**, para solicitar que a matéria fosse colocada em pauta com urgência. O Deputado **Roberto Gouveia** disse que era preciso articulação do CNS para que o Projeto fosse votado com urgência na CCJ. Com base nas contribuições do Plenário, apresentou nova redação ao artigo 40, que será negociada na CCJ, com o objetivo de ser aprovada.

ITEM 14 – INFORME DA PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE

Item transferido para a próxima Reunião.

ITEM 15 – ANTEPROJETO DE LEI DE RESPONSABILIDADE SANITÁRIA

Item não apresentado.

ITEM 16 – REGULAMENTO E DOCUMENTO BASE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

A propósito da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: **1)** os pleitos das entidades sindicais de trabalhadores para participar da Conferência serão analisados pelo FENTAS à luz da Resolução do CNS nº 333; **2)** Comissão Organizadora: **a)** Usuários: **CUT** – a definir; **Rogério de Jesus Santos** – Força Sindical; **Luiz Gonzaga de Araújo** – CONTAG; **Francisco Antonio de Castro Lacaz** – ABRASCO; **Valdir dos Santos Rocha** – Associação dos Portadores de Agravos Relacionados ao Trabalho; **Pérsio Dutra** – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; **Sílvia Marques Dantas de Oliveira** – Movimento de Mulheres em Saúde; **Alfredo de Souza Matos** – Associação de Trabalhadores Informais; **Luiz Augusto Martins** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Cleuza de Carvalho Miguel** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **b)** Trabalhadores: **Augusto Tadeu Santana** – Federação Interestadual dos Odontólogos – FIO; **Ana Cristina de Oliveira Brasil** – COFFITO; **Lérida Maria dos Santos Vieira** – Conselho Federal de Farmácia – CFF; **João Rodrigues Filho** – CNTS; **Maria Aparecida do Amaral de Godói Faria** – CNTSS; **c)** Gestores e Prestadores: **Rosiver Pavan** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Aparecida de Fátima Pianta Lino** – Ministério da Saúde; **Kátia Viana Coelho de Souza** – Ministério da Previdência Social; **CONASEMS** – a definir; **CONASS** – a definir (Koshiro Otani, sugerido); **d)** Prestadores – a definir; **3)** Comissão de Comunicação: **a)** Usuários: **Gilson Silva** – Força Sindical; **CUT** – a definir; **b)** Trabalhadores: **Maria Thereza Mendonça de Carneiro Rezende** – Conselho Federal de Fonoaudiologia; **c)** Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde: **Maria da Graça Luderitz Hoefel** – Ministério da Saúde; **4)** Comissão de Infra-Estrutura: **a)** Usuários: **Volmir Raimondi** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Maria Irene Monteiro Magalhães** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **b)** Trabalhadores: **Rosane Maria Nascimento da Silva** – Conselho Federal de Nutrição – CFN; **c)** Gestores: **Sueli Maria Bento Rebouças** – Ministério da Saúde; **5)** Relatoria: **a)** Relator Geral – **Cibele Gueresi de Mello Osório**; **b)** Relator Adjunto – **Luiz Gonzaga Araújo**; **c)** Usuários: **Clair Castilhos** – Movimento de Mulheres em Saúde; **Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências** – a definir; **Carlos Alberto Ebeling Duarte** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Clóvis Bouffeur** (a confirmar) – CNBB; **d)** Trabalhadores: **Fidelarina Teixeira do Carmo** – Federação Nacional dos Enfermeiros; **ABEN** – a definir; **e)** Gestores: **Fátima Sueli Ribeiro** – Ministério da Saúde; e **Francisco Drummond** – Ministério da Saúde; **6)** Comissão Executiva: **Marco Antonio Gomes Perez** – Coordenador-Geral – Ministério da Saúde; **Rinaldo Marinho Costa Lima** – Coordenador-Geral Adjunto – Ministério do Trabalho e Emprego; **Domingos Lino** – Secretário Geral - Ministério do Trabalho e Emprego; **Denise G. Batista** – Secretária-Geral Adjunta – Ministério da Previdência Social; **Mônica Guimarães** – Secretária de Articulação – Ministério da Previdência Social; e **Guilherme Franco Neto** – Secretário de Articulação Adjunto – Ministério da Saúde.

Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: **1)** Comissão Organizadora: **a)** Usuários: **Marisa Fúria da Silva** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Nildes de Oliveira de Andrade** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Volmir Raimondi** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Gilson Irênio Magalhães** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Gilson Silva** – Força Sindical; **CONTAG** – a definir; **CUT** – a definir; **Constancia Clementina Souza Barros** – MOPS; **Cláudio Alves Carvalho** – CONAM; **Movimento Indígena** – a definir; **b)** Trabalhadores: **Francisca Valda da Silva** – ABEN; **Solange Gonçalves Belchior** – Federação Nacional dos Enfermeiros; **Étilda Elaine de Oliveira Ramos** – FENASPS; **Graciara Matos de Azevedo** – Conselho Federal de Odontologia; e **Francisco Batista Júnior** – CNTSS; **c)** Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde: cinco vagas – a definir; **2)** Comissão de Comunicação: **a)** Usuários: **Geraldo Adão dos Santos** - Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; e **CONTAG** – a definir; **b)** Trabalhadores: **Neimy Batista da Silva** – CFESS; e **ABO** – a definir; **c)** Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde: a definir; **4)** Comissão de Infra-Estrutura: **a)** Usuários: **Sérgio Augusto Alves de Oliveira** – Força Sindical; **Maria Leda Dantas** – COBAP; **Rui Barbosa da Silva** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **b)** Trabalhadores: **Wellington Moreira Mello** – FIO; e **Noemy Yamagushi Tomita** – CFBIO; **c)** Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde: a indicar; **5)** Comissão de Relatoria: **Maria Natividade G.S. T. Santana** - Relatora-Geral; **Gyséle Saddi Tannous** – Relatora Adjunta; **a)** Usuários: **Margarida Maria Santana Silva** – Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; **Sílvia Marques Dantas de Oliveira** – Movimento de Mulheres em Saúde; **Mário César Scheffer** - Fórum Nacional de Entidades em Defesa das Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências; a definir; **b)**

Trabalhadores: **Conceição Aparecida Rezende – FENTAS**; e **Francisco das Chagas Dias Monteiro – Conselho Federal de Medicina**; c) Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde: a definir. Devido à exigüidade de tempo, o Plenário decidiu adiar a discussão do regulamento e do documento-base das Conferências de Saúde do Trabalhador e de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para a próxima reunião do CNS.

ITEM 17 – DECRETO E REGIMENTO ELEITORAL DO CNS

A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou a proposta de Decreto de Composição do CNS, destacando as alterações feitas, após revisão sob o aspecto jurídico e o Plenário apresentou novos ajustes ao texto. Além disso, submeteu à apreciação do Plenário as alterações feitas no Regimento Eleitoral do CNS, após a revisão jurídica. Considerando as novas contribuições, a proposta foi aprovada. Dessa forma, será encaminhado ofício à Chefe do Gabinete do Ministro da Saúde, informando as modificações feitas no Decreto e no Regimento Eleitoral e solicitando que se faça gestões para que essas modificações sejam feitas na Casa Civil.

PONTOS DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DO CNS:

1) Conferências Temáticas; 2) Resolução sobre a abertura de novos cursos na área da saúde; e 3) Informes e Indicações.

- 1) **Aprovadas as atas da 150ª, 151ª e 152ª Reuniões Ordinárias;**
- 2) **Aprovada a constituição de Comissão para aprofundar o debate sobre a concepção da Conferência Nacional de Saúde Indígena e apresentar nova proposta de Regimento Interno;**
- 3) **Comissões e GTs: a) GT de Atenção Básica: reafirmada a indicação do Conselheiro Francisco das Chagas Monteiro; b) GT das Águas: aprovada a indicação da Conselheira Noemy Yamaghishi Tomita para compor o GT; e aprovada a indicação da Conselheira Nildes de Oliveira Andrade para coordenar o Grupo; c) Comissão de Coordenação Geral (CCG): aprovada a indicação da Conselheira Sílvia Marques Dantas para compor o GT; -**
- 4) **Aprovado o Plano de Trabalho da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CICT/CNS);**
- 5) **Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: aprovada a composição das seguintes comissões: Organizadora; Comunicação; Infra-Estrutura; Relatoria; Executiva; e**
- 6) **Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: aprovada a composição das seguintes comissões: Organizadora; Comunicação; Infra-Estrutura; e Relatoria.**